

# Saudação aos Novos Dirigentes do STJ\*

## **O EXMO. SR. MINISTRO PAULO COSTA LEITE:**

Exmo. Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Digníssimo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Dr. Fernando Henrique Cardoso, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Exmo. Sr. Ministro Celso de Mello, Digníssimo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmo. Sr. Deputado Michel Temer, Digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Dr. Marco Maciel, Digníssimo Vice-Presidente da República, Exmo. Sr. Dr. Geraldo Brindeiro, Digníssimo Procurador-Geral da República, demais eminentíssimas autoridades aqui presentes, Senhoras e Senhores:

No dia 23 de junho do ano passado, com este Plenário igualmente engalanado, renovavam-se os mandatos dos dirigentes do Superior Tribunal de Justiça, com observância do salutar critério da antigüidade que aqui tanto se preza, assumindo o Ministro Américo Luz o cargo de Presidente e o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, o de Vice-Presidente.

Quanta verdade é que a figura do mundo sempre está passando e nós com ela, segundo a sentença de Padre Bernardes, rememorando a ação inexorável do tempo.

Atingido por ela, Américo deixou o serviço ativo, vendo-se contingenciado, no momento culminante de sua carreira, a dobrar a toga que envergara com tanta dignidade por mais de trinta anos.

Oportunamente, a Corte renderá a S. Exa. as homenagens de que é merecedor. Não pode ficar sem registro, entretanto, nesta sessão solene, a sua exitosa passagem pela presidência do Tribunal, com a expressão do reconhecimento dos seus pares. O acendrado amor à instituição e devotamento ao trabalho, com o sacrifício, às vezes, da própria saúde, marcaram indelevelmente a sua gestão. Isso lhe é confortante certeza do dever cumprido.

Que o bom Deus o proteja hoje e sempre, Ministro Américo Luz, ao lado da sua querida Célia, a esposa e amiga que vibra sempre na mesma harmonia.

---

\* Sessão Plenária de 2/4/1998.

## Ministro Paulo Costa Leite

---

Inaugura-se hoje um novo biênio com a posse do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

Cabe-me saudá-lo em nome da Corte. À honra que isso representa junta-se forte emoção, pois, ao critério absolutamente impessoal da escolha do orador – o Ministro que se segue na ordem de antigüidade ao novo Vice-Presidente – agregou-se coincidentemente algo de cunho pessoal.

Em dias que já se perdem hoje nas dobras da memória, bem longe estavam tanto o jovem professor de Processo Civil como o seu aluno recém-chegado do Rio Grande de imaginar que um dia se encontrariam nas circunstâncias que nesta solenidade os desígnios divinos fazem com que se encontrem.

Temos antiga e estreita ligação. Não só porque fui seu aluno. Além disso, recebi dele todo o incentivo e grande ajuda para começar na advocacia e no magistério jurídico. Tornamo-nos, em verdade, amigos fraternos e a amizade conduziu ao compadresco, com o batizado de minha filha Viviane. Culminando, acabamos colegas na magistratura, desde os tempos do saudoso Tribunal Federal de Recursos.

Justificada a emoção, peço que a relevem.

Antônio de Pádua Ribeiro veio das Minas Gerais, em cujas entranhas embalsamaram-se os sonhos de liberdade dos nossos antepassados. Os tempos de Pará de Minas, o torrão natal, por mais distantes que possam estar, certamente estão hoje sendo resgatados pela memória, pois foi lá que tudo começou. O interesse despertado ainda no ginásio pela política estudantil era bem o prenúncio de uma vida dedicada inteiramente à causa pública.

Seu Evaristo e Dona Antonieta, que lá da morada ditosa que fizeram por merecer, ou bem aqui perto de nós, na presença espiritual, o que é até mais provável, estão felizes e rogando ao Senhor dos talentos que ordene aos seus anjos que protejam o filho dileto em todos os seus caminhos neste momento pinacular da sua trajetória profissional.

Não foi fácil a Pádua Ribeiro chegar até aqui. Passo a passo, com inextinguível vontade, sem jamais esmorecer, foi abrindo os caminhos conducentes à vitória. Vossa Excelência, Senhor Presidente, é o exemplo apurado de quem venceu pelo esforço próprio, pelo mérito.

Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Brasília em 1967, conjugando durante todo o curso o estudo e o trabalho. Jamais deixou de dar atenção ao preparo intelectual. Fez vários cursos de especialização, destacando-se, em nível de pós-graduação, o de Direito Processual Civil.

Nos primeiros tempos de Brasília, foi revisor do Departamento da Imprensa Nacional, mediante concurso público; nessa época, atuou também como repórter

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

do Diário carioca, constituindo-se em um dos fundadores da Associação Profissional dos Jornalistas do Distrito Federal.

Prestando novo concurso público, ingressou na Câmara dos Deputados, onde desempenhou importantes funções, como a de Assessor da Mesa. Foi ainda Secretário Jurídico do Supremo Tribunal Federal, onde assessorou o pranteado Ministro Amaral Santos, e Assessor Especial do Ministro da Justiça. Submetendo-se ao primeiro concurso que se realizou para provimento de cargos de Procurador da República, logrou aprovação em primeiro lugar.

Notabilizou-se de tal modo no Ministério Público Federal que rapidamente atingiu o ápice da carreira, sendo nomeado Subprocurador-Geral da República e daí, mercê dos seus conhecidos méritos, chegou à magistratura em 23 de junho de 1980, em vaga destinada a membro do Ministério Público, no extinto Tribunal Federal de Recursos, tornando-se o primeiro Ministro de um Tribunal Superior bacharelado em Brasília.

Merecem nota ainda a brilhante carreira no magistério universitário, a advocacia bem-sucedida e a vastíssima produção intelectual, consubstanciada em palestras, conferências e trabalhos jurídicos publicados em revistas especializadas.

No Tribunal Federal de Recursos, Pádua Ribeiro deixou assinalada a sua passagem com o timbre do talento, de equilíbrio, do bom senso indispensável ao juiz e da operosidade – no ano de 1988 julgou nada menos de que 3.267 processos.

Cumpre que se destaque ainda a atuação de Pádua Ribeiro como Presidente da Comissão encarregada de apresentar estudos e sugestões à Assembléia Nacional Constituinte. Ela foi fundamental no significativo esforço que redundou na criação do Superior Tribunal de Justiça e não é nenhum exagero, aliás, afirmar a sua essencialidade no sólido embasamento jurídico às definições políticas do legislador constituinte respeitantes à nossa instituição.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, é sem favor um dos juízes mais respeitados e conceituados deste Tribunal. O seu concurso tem sido valioso assim às ingentes tarefas jurisdicionais que aqui se desenvolvem como também às de caráter administrativo.

Integrou e presidiu diversas comissões e como Corregedor-Geral da Justiça Federal, nos primórdios da regionalização, teve atuação destacadíssima, preparando a base da estrutura sistêmica que se implantou a partir do Plano Diretor de Informática, elaborado sob a sua supervisão, que serviu a integrar o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias da Justiça Federal.



## Ministro Paulo Costa Leite

---

No Tribunal Superior Eleitoral também teve marcante presença, exercendo o espinhoso cargo de Corregedor-Geral Eleitoral com eficiência e o zelo costumeiros.

Por aí se vê que o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro reúne todas as credenciais para realizar profícua administração à frente do Superior Tribunal de Justiça.

Terá a seu lado, na Vice-Presidência um outro juiz muito respeitado na Casa. De larga experiência, competente, de fácil relacionamento, com profundo conhecimento do Tribunal e do Poder Judiciário brasileiro e cujo espírito de cooperação é incontestável, o Ministro Flaquer Scartezzini juntará suas forças às do Presidente, assegurando a necessária unidade na administração.

Senhor Presidente:

Vossa Excelência enfrentará muitos desafios. De pronto, surge a questão do resgate da credibilidade do Poder Judiciário. Ele é da essência do regime democrático e o seu descrédito compromete não só a democracia como também o Estado. É preciso lembrar que, como manifestação da soberania, o Poder do Estado é uno. Uma Nação que pretenda chegar ao patamar das nações desenvolvidas não pode prescindir de um Poder Judiciário forte e independente.

No recente Congresso Brasileiro de Magistrados, que se realizou no Recife, o decano do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves, em pronunciamento memorável, deixou remarcado que estamos diante de um dos momentos mais graves que alcançam a magistratura brasileira.

Isso é incontestável. Daí que precisamos mudar o curso dos acontecimentos. Consoante o belo verso de Campoamor “todo es según el color del cristal con que se mira”.

A mudança de rumo pressupõe tenhamos argumentos convincentes no sentido de que se deve focalizar o Poder Judiciário com outros olhos. Para isso precisamos nos mostrar, a fim de que a Nação nos conheça melhor. Quantos brasileiros sabem que o Superior Tribunal de Justiça julgou 100.000 processos no ano passado?

Confiamos nós, os seus colegas, e confia toda a magistratura brasileira, Senhor Presidente, que Vossa Excelência, com o grande descortino, perfeito conhecimento dos problemas do Judiciário e invejável visão institucional, contribuirá eficazmente, encaminhando mesmo soluções para a grave crise que vivemos, em articulação com os demais Tribunais e os outros Poderes da República, sempre na perspectiva de assegurar o mais amplo acesso ao Judiciário

## **Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ**

---

e a distribuição da justiça com presteza, o que necessariamente passa pela valorização dos nossos juízes.

É hora de finalizar. E quero fazê-lo homenageando Ívis Glória, esposa dedicada e companheira de todas as horas do nosso Presidente. Como se lê em Balzac, ao lado de todo grande homem há sempre a presença de uma grande mulher.

Que o Senhor das bênçãos e das luzes nos abençoe e ilumine a todos. Muito obrigado.



**Posse na Presidência do Superior Tribunal de Justiça. 3/4/2000**